

Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres e: Uma análise para as regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015¹

Andrezza Luiza Batista²

Lorena Vieira Costa³

Resumo: Este trabalho busca analisar se choques positivos e negativos de renda afetam as chances das mulheres se tornarem chefes do domicílio e avaliar se tais choques impactam de maneira distinta a vulnerabilidade à pobreza de domicílios chefiados por mulheres, no período de 2011 a 2015, nas regiões metropolitanas brasileiras. A estratégia de identificação baseou-se na utilização da taxa de desemprego das regiões metropolitanas como choque de renda e, para avaliar alterações na renda que afetariam majoritariamente os homens e as mulheres foram utilizados também choques de emprego na indústria e no setor de serviços. Com o objetivo de considerar a dimensão temporal e controlar diferentes coortes de nascimentos, utilizam-se os dados empilhados da PNAD de 2011 a 2015. Os resultados sugerem que choques de renda negativos, geral e setoriais, assim como um choque positivo no setor de serviços, reduzem as chances da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras e que os choques positivos, geral e na indústria, aumentam tal probabilidade. Há indícios ainda de que os choques negativos de renda ocorridos há três anos aumentam as chances de pobreza dos domicílios chefiados por mulheres no Brasil metropolitano e que domicílios chefiados por mulheres que sofreram choques positivos de renda no setor industrial há três anos possuem maiores chances de se encontrarem em condição de pobreza.

Palavras-Chave: Choques de Renda; Domicílios Chefiados por Mulheres; Pobreza; Poder de Barganha; Taxa de Desemprego.

Abstract: This paper aims to analyze whether positive and negative income shocks affect women's chances of becoming household's head and to assess if such shocks impact differently the vulnerability to poverty of female-headed households from 2011 to 2015 in Brazilian metropolitan regions. The identification strategy was based on the use of the metropolitan regions' unemployment rate as an income shock and, to assess changes in income that would affect specifically men and women shocks to industry and the service sector were also used. To consider the time dimension and to control different birth cohorts, the PNAD data from 2011 to 2015 was used. The results suggests that general and sectoral negative income shocks, as well as a positive shock on the service sector, reduce women's chances of becoming household's head in the Brazilian metropolitan regions, and that positive shocks, both general and industry, increase that probability. There are still indications the negative income shocks that occurred three years ago increase the chances of poverty of female-headed households in metropolitan Brazil and that female-headed households who have suffered a positive income shock in the industry three years ago are more likely to be in poverty.

Key-Words: Income Shocks; Female-Headed Households; Poverty; Bargain Power; Unemployment Rate.

Classificação JEL: I32; J12; J16

Área 12 - Economia Social e Demografia Econômica

¹ Os autores agradecem o apoio financeiro do CNPq, agência financiadora da bolsa de estudos da autora deste trabalho.

² Mestre em Economia Aplicada pela Universidade Federal de Viçosa - UFV; andrezzaalb@hotmail.com

³ Professora do Departamento de Economia Rural da UFV; lorenavclelis@gmail.com

1. Introdução

Dentre os 17 objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o desenvolvimento mundial sustentável está a busca pela igualdade de gênero e empoderamento de todas as mulheres e meninas. Entretanto, de acordo com o relatório anual de disparidade de gênero desenvolvido pelo Fórum Econômico Mundial (WORLD ECONOMIC FORUM, 2017), a igualdade de gênero só irá ocorrer em 100 anos, tudo mais mantido constante. Segundo o relatório, ao se tratar de participação econômica e oportunidade, acesso à educação, saúde e sobrevivência e empoderamento político, foram atingidos até 2017, 68% de igualdade de gênero a nível global. Ao ranquear os países em relação à equidade entre homens e mulheres, o Brasil se encontra na posição 90 de 144 países, tendo atingido igualdade somente nas categorias de educação e saúde e sobrevivência.

Intrinsicamente relacionada à disparidade de gênero em diferentes dimensões, insere-se a discussão quanto à feminização da pobreza. Esse processo pode ser definido como um aumento da proporção de pessoas do sexo feminino consideradas pobres em comparação com pessoas do sexo masculino, ou como um aumento da diferença nos níveis de pobreza de domicílios chefiados por mulheres, em comparação com aqueles chefiados por homens ou por um casal (MEDEIROS; COSTA, 2008; BRADSHAW; CHANT; LINNEKER, 2017). A elevação significativa do número de domicílios chefiados por mulheres ao longo dos anos torna o debate sobre este fenômeno de notória importância. De fato, no Brasil, de acordo com dados do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 22% dos domicílios eram chefiados por mulheres no ano 2000. Em 2010, no entanto, esse número se elevou para 37,3%. Dos domicílios com a presença de um cônjuge, o aumento da chefia feminina foi de 26,9 pontos percentuais nesses 10 anos, indicando um fortalecimento do papel da mulher nos espaços nucleares⁴.

Essa elevação do número de domicílios chefiados por mulheres pode se justificar pela maior emancipação feminina, marcada pela forte inserção das mulheres no mercado de trabalho, adiamento de uniões e do nascimento dos filhos, redução na taxa de casamentos, elevação na taxa de divórcios e elevação do número de pessoas que vivem sozinhas (LIU; ESTEVE; TREVIÑO, 2017). Ainda que este fenômeno possa ser marcado pelo maior empoderamento⁵ das mulheres, os domicílios chefiados por elas ainda se encontram em desvantagem quando se trata de rendimento do trabalho. Em 2015, 18,5% das mulheres chefes recebiam até um quarto de salário mínimo, contra 7,1% dos homens chefes. Em contrapartida, 6,4% delas possuíam rendimentos acima de 5 salários mínimos, contra 12% dos homens chefes (CAVENAGHI; ALVES, 2018).

Diante disso, a compreensão dos fatores que podem, ao mesmo tempo, impactar a probabilidade de que as mulheres se tornem chefes e, proporcionalmente mais a sua condição de vulnerabilidade, torna-se um importante foco de pesquisa. Nesse aspecto, um ponto que tem sido abordado na literatura é a possibilidade de que choques econômicos afetem homens e mulheres de formas diferentes (GLEWWE; HALL, 1998; BERNIELL; MACHADO; LA MATA, 2014).

Esta questão torna-se particularmente importante de ser avaliada no contexto atual do Brasil, uma vez que o país tem vivido, nos últimos anos, uma grande crise econômica com reflexos sobre as rendas dos domicílios. Estima-se que de 2014 a 2016, o Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* tenha caído cerca de 9%; a economia tenha sofrido uma desaceleração, com a taxa de crescimento do PIB chegando a -3,8% em 2015; e a inflação atingindo 10,67% no mesmo ano (BARBOSA FILHO, 2017). Em momentos de crise, o mercado de trabalho desempenha um papel crucial ao transmitir os choques macroeconômicos para os domicílios e conforme ressaltam Corbacho, Garcia-Escribano e Inchauste (2007), a rigidez dos mercados pode até aumentar a amplitude dos choques. Dessa forma, a taxa de desemprego brasileira, que passou de 7,4% em 2010 para 12% em 2016, serviu como principal medida de transmissão de choques de renda para

⁴ Domicílios nucleares são domicílios com a presença do chefe e um cônjuge ou parceiro.

⁵ Empoderamento feminino é um conceito amplo que engloba a busca pela igualdade de gênero em diversos aspectos como, por exemplo, liderança, participação política, saúde e segurança (UN WOMEM, 2019). Entretanto, neste trabalho, este termo é utilizado considerando o empoderamento econômico, que é a igualdade de gênero em aspectos econômicos, como renda, que se relaciona diretamente com a erradicação da pobreza e crescimento econômico inclusivo (DUFLO, 2012).

os domicílios brasileiros. Nesse mesmo período, a taxa de desemprego das regiões metropolitanas passou de 7,04% para 8,28% (IBGE, 2018).

Ao se considerar o mercado de trabalho como forma de transmissão da crise brasileira para os domicílios, deve-se considerar a possível existência de segregação ocupacional, fenômeno onde homens e mulheres são alocados a segmentos de mercado considerados masculinos e femininos (MACPHERSON; HIRSCH, 1995). De acordo com o Censo Demográfico do IBGE de 2010, o setor com maior participação masculina é a indústria, sendo 70,57% dos trabalhadores do sexo masculino e aquele com maior participação feminina é o de serviços (com 78,30% das mulheres brasileiras empregadas neste setor).

Neste contexto, este trabalho objetiva avaliar se choques de renda (positivos e negativos, geral e setoriais) afetam as chances das mulheres se tornarem chefes do domicílio e avaliar se tais choques impactam de maneira diferente a vulnerabilidade à pobreza de domicílios chefiados por mulheres, no período de 2011 a 2015, nas regiões metropolitanas brasileiras. As hipóteses a serem testadas neste trabalho são: a) Choques positivos de renda no setor de serviços e negativos na indústria aumentam as chances do domicílio se tornar chefiado por mulher, enquanto choques negativos de renda no setor de serviços e positivos na indústria reduzem tal chance. Já um choque positivo na renda (geral) eleva as chances de uma mulher se tornar chefe do domicílio. Esses efeitos estariam associados à possibilidade de que a variação da renda auferida por elas ou por eles aja no sentido de elevar ou reduzir o poder de barganha feminino em um domicílio. b) Choques negativos de renda fazem com que os domicílios chefiados por mulheres estejam mais vulneráveis à pobreza do que os domicílios chefiados por homens. Por outro lado, choques positivos de renda fazem com que eles estejam igualmente vulneráveis à pobreza. A racionalidade para esta hipótese vem do fato de que a vulnerabilidade de um domicílio é influenciada tanto por suas características e de seus membros quanto pela ocorrência de riscos idiossincráticos.

Diante disso, com este trabalho busca-se contribuir para a discussão acerca do tema em três principais pontos: i) ao avaliar não somente os impactos de choques negativos de renda sobre os domicílios, mas também, choques positivos; ii) ao fazer uma análise setorial dos choques de renda, considerando, assim os setores que empregam mais ou menos mulheres e iii) ao verificar qual o papel de tais choques na mudança da estrutura domiciliar e na vulnerabilidade dos domicílios.

Essa análise é particularmente importante para o Brasil que tem, ao mesmo tempo, elevado a proporção de domicílios chefiados por mulheres e vivido períodos de situação econômica desfavorável. Busca-se, assim, fornecer subsídios para a compreensão do comportamento dos domicílios diante de choques e, conseqüentemente, oferecer conclusões mais contundentes para a formulação de políticas públicas que considerem as particularidades de cada domicílio.

A escolha pela análise a nível de região metropolitana possibilita que os choques sejam medidos neste nível e, portanto, afetem o mercado de trabalho e domicílios locais (em detrimento de choques estaduais que afetem a todos de um mesmo estado da mesma forma). A base de dados utilizada não permite que seja feita uma análise a nível de município.

Além desta introdução, o trabalho está organizado em outras quatro seções. A segunda seção discute brevemente estudos que abordaram os efeitos dos choques de renda sobre domicílios chefiados por mulheres. A terceira seção reporta os procedimentos metodológicos e descreve os dados da pesquisa. A quarta seção apresenta e discute os principais resultados. E por fim, na quinta seção encontram-se as considerações finais do estudo.

2. Choques de renda e seus efeitos sobre domicílios chefiados por mulheres: algumas evidências

De acordo com Modena e Gilbert (2012), choques são definidos como movimentos adversos na renda ou no consumo domiciliar que podem ter um impacto significativo na possibilidade de um domicílio entrar ou sair da condição de pobreza. Diversos eventos exógenos podem ser considerados como choques: choques climáticos, forças da natureza, choques políticos e macroeconômicos. Esses seriam positivos se espera-se que elevem a renda ou negativos, caso contrário. Eles podem ainda ser classificados como choques econômicos (que usualmente têm sido medidos como a perda de colheita e desemprego) ou demográficos (que têm sido aproximados pela morte ou doença de alguém da família).

A resposta do domicílio frente ao choque parece depender do tipo de choque e, também, do contexto em que esses domicílios estão inseridos (que define a disponibilidade de meios de mitigar os efeitos adversos dos choques). De uma forma geral, os efeitos dos choques têm sido avaliados sobre diversas variáveis domiciliares. McKenzie (2003) avalia o efeito de um choque macroeconômico (a crise do peso ocorrida no México em 1994) sobre os domicílios e conclui que a resposta deles se deu por meio da redução da fertilidade, redução de gastos com saúde e realocação do seu consumo. Duryea (1998) e Mottaleb, Mohanty e Mishra (2015) apontam como consequências de choques negativos de renda a redução da frequência escolar e aumento do trabalho infantil, principalmente masculino, como tentativa de suavizar os impactos do choque dentro do domicílio. Sedlacek e Santos (1991), por sua vez, observaram que as famílias brasileiras ajustam sua oferta de trabalho para compensar variações na renda do chefe do domicílio, de modo que alterações negativas na renda da pessoa de referência aumentam a oferta de trabalho do cônjuge.

A resposta aos choques negativos de renda pelos domicílios depende, ainda, se tais choques são considerados como permanentes ou temporários. Se os domicílios estão otimistas, a principal forma de suavizar os efeitos do choque negativo é por meio da redução do consumo. Entretanto, em cenários pessimistas há grandes chances da resposta dos domicílios ser por meio da alteração na estrutura domiciliar (CHRISTELIS; GEORGARAKOS; JAPPELLI, 2015; AVALOS, 2016). Assim, a resposta dos domicílios frente a um choque geral de renda negativo depende do contexto em que esses estão inseridos e de suas expectativas quanto à duração dos efeitos do choque.

Quanto aos choques positivos de renda, por outro lado, Gonçalves e Menezes Filho (2015) observaram que esses elevam a oferta de trabalho do chefe e do cônjuge e reduzem a dos filhos adolescentes. Entretanto, após um choque de renda positivo e exógeno, a oferta de trabalho do cônjuge se eleva significativamente mais do que a do chefe, sugerindo que tal choque eleve o poder de barganha do cônjuge dentro do domicílio (GONÇALVES; MENEZES FILHO, 2015). Além disso, Haushofer e Shapiro (2013) sugerem que um choque de renda positivo eleva, também, o nível de bem-estar físico e emocional de todos os membros do domicílio.

Staduto, Nascimento e Souza (2013), por sua vez, sugerem que elevações no emprego formal e no salário mínimo do meio urbano são atrativos para as mulheres jovens das áreas rurais, que ao migrarem, contribuem para elevação do número de domicílios chefiados por mulheres nas cidades. Segundo os autores, após a ocorrência de choques positivos de renda (como aumento na taxa de emprego e no salário mínimo), houve uma tendência de migração feminina da área rural do Paraná para o meio urbano significativamente superior à masculina. Isso ocorre pois a estrutura patriarcal do meio rural favorece a barganha masculina e enfraquece a voz ativa da mulher dentro do domicílio (STADUTO; NASCIMENTO; SOUZA, 2013). Dessa forma, tem-se que choques positivos de renda poderiam alterar a estrutura domiciliar, aumentando o número de domicílios chefiados por mulheres.

Carter e Katz (1997), em sua teoria do contrato conjugal, sugerem que choques de renda, tanto positivos quanto negativos, são capazes de alterar a estrutura domiciliar por meio do poder de barganha. Entretanto, para que isso ocorra, o choque deve atingir somente uma das partes do contrato (CARTER; KATZ, 1997). Assim, neste trabalho propõe-se distinguir entre os tipos de choques, avaliando além do choque de renda geral (medido pela taxa geral de desemprego), o desemprego setorial, considerando o setor de serviços e o da indústria.

Para caracterizar essa relação entre choque específico de gênero e alterações na estrutura domiciliar, Autor, Dorn e Hanso (2015) avaliaram a relação entre desemprego e casamento e chegaram à conclusão de que reduções na demanda por trabalho masculino diminuem as taxas de casamento (tanto por meio da queda do número de casamentos efetivamente, quanto do aumento do número de divórcios). Já reduções na demanda por trabalho feminino elevam as taxas de casamento, mas nesse caso, esse efeito ocorre principalmente via diminuição do número de divórcios que não pelo aumento de casamentos. Bhalotra e Umaña-Aponte (2010), por sua vez, avaliaram a oferta de trabalho das mulheres frente a recessões econômicas e encontram uma tendência contra cíclica no emprego feminino, indicando que a participação feminina no mercado de trabalho tende a aumentar em momentos desfavoráveis economicamente e a diminuir em *booms* da economia tanto para os países da Ásia, quanto para os da América Latina. Entretanto, para países Africanos, ocorre o inverso (BHALOTRA; UMANA-APONTE, 2010).

Choques positivos na renda feminina especificamente, aumentam o empoderamento feminino, uma vez que uma alteração positiva na renda da mulher eleva seu poder de barganha dentro do domicílio, elevando o número de divórcios, de mulheres chefes de família e reduzindo a participação feminina nas tarefas domésticas (HAUSHOFER; SHAPIRO, 2013; BERNIELL; MACHADO; LA MATA, 2014). Além disso, o efeito ocorre não só para as mulheres dos domicílios que receberam os choques, mas também para aquelas dos domicílios ao redor (HAUSHOFER; SHAPIRO, 2013), visto que empoderar mulheres significa dar à elas maior protagonismo e participação na sociedade em que vivem (SALLES, 2010).

Ainda sobre choques positivos de renda, Canêdo-Pinheiro et al. (2008) buscaram avaliar os fatores econômicos que podem afetar a decisão de um casal se divorciar no Brasil e observaram que aumentos inesperados na renda masculina servem como um estabilizador do casamento, enquanto elevações na renda feminina aumentam a probabilidade de divórcio. Assim, um choque positivo na renda da mulher dá a ela mais poder de barganha para sair do contrato conjugal. Além disso, os autores encontraram que não é necessariamente a maior renda feminina que desestabiliza o contrato conjugal e sim a diminuição da desigualdade de renda dentro do domicílio (CANÊDO-PINHEIRO et al., 2008).

Além de afetar as relações domiciliares, uma das suposições subjacentes a este estudo é a de que domicílios diferentes sejam afetados de forma distinta pelos mesmos choques, alterando suas condições de vulnerabilidade à pobreza. De acordo com Glewwe e Hall (1998), de fato, existem algumas características que fazem com que certos domicílios sejam mais vulneráveis a choques do que outros, como: maior dependência da economia do país, possuir uma renda domiciliar menos diversificada, ter pessoas com empregos menos estáveis e pessoas menos escolarizadas. Além disso, existem dois tipos de vulnerabilidade: a vulnerabilidade induzida pela estrutura (também chamada de vulnerabilidade induzida pela pobreza), que está relacionada à estrutura do país e é impulsionada pela perspectiva de baixo consumo permanente; e a vulnerabilidade induzida pelo risco, que é quando há alta volatilidade no consumo (de forma que se eleva frente a qualquer tipo de choque afetando a renda) (GÜNTHER; HARTTGEN, 2009).

Ao diferenciar a vulnerabilidade aos choques da vulnerabilidade à pobreza, Glewwe e Hall (1998) afirmam que os domicílios chefiados por homens estão mais expostos à primeira, enquanto domicílios chefiados por mulheres estão mais expostos à segunda. Entretanto, a vulnerabilidade de um domicílio é medida tanto pela sua condição de pobreza, quanto pela sua exposição à riscos (LIGON; SCHECHTER, 2003). De modo que, segundo Ligon e Schechter (2003), domicílios vulneráveis são aqueles que possuem maior pobreza atual (medida por uma linha de pobreza) e maior risco, o que se relaciona com as características domiciliares e com a ocorrência de choques. Com isso, neste trabalho, a medida de vulnerabilidade utilizada é aquela proposta por Del Ninno e Marini (2005). Nessa concepção, choques de renda deixam o domicílio vulnerável à pobreza se aquele domicílio, ao sofrer um choque, se torna mais provável de ser pobre.

Uma vez que a vulnerabilidade é afetada pelas características de cada domicílio, tem-se que os chefiados por mulheres podem enfrentar um risco agregado maior, uma vez que as mulheres possuem menores salários no mercado de trabalho, menos oportunidades de emprego, menor assistência como chefes de domicílio, maiores probabilidades de se encontrarem em condições de pobreza e ainda enfrentam jornada dupla de trabalho (BUVINIĆ; GUPTA, 1997; FUWA, 2000; COSTA; MARRA, 2013; KLASSEN; LECHTENFELD; POVEL, 2015).

Empiricamente, essa relação entre pobreza e domicílios chefiados por mulheres tem sido verificada em diferentes países. Os países africanos com maior Produto Interno Bruto (PIB) possuem uma menor porcentagem de domicílios chefiados por mulheres (MILAZZO; DE WALLE, 2015). Quisumbing, Haddad e Peña (2001), ao analisarem uma amostra de 10 países (6 da África Sub-Saariana, 3 da Ásia e 1 da América Latina), verificaram que, tanto as mulheres quanto os domicílios chefiados por elas, estão super-representadas dentre os pobres, o que significa que as mulheres se encontram em situação de maior vulnerabilidade que os homens, em qualquer posição familiar. Fisher e Naidoo (2016), ampliam a análise ao considerarem a situação das mulheres em 47 países e observam que as disparidades entre domicílios chefiados por homens e mulheres são espacialmente heterogêneas, o que indica que em um país os domicílios chefiados por mulheres podem estar em desvantagem, por exemplo, no acesso à saúde e em

outro estar em desvantagem quando se trata de posse de terras (FISHER; NAIDOO, 2016). A desvantagem feminina, embora multidimensional e distinta entre os países, persiste.

No caso brasileiro, Barros, Fox e Mendonça (1997) apontam que os domicílios chefiados por mulheres estão super-representados na última faixa das categorias de renda, ou seja, dentre os mais pobres. A principal razão da pobreza vivenciada por eles, segundo esses autores, não é o baixo número de pessoas que possuem renda no domicílio e sim a baixa renda daqueles que recebem. Apesar disso, Lavinias e Nicoll (2006) observaram que o fator que contribui com maior peso para a vulnerabilidade do domicílio é a presença de uma criança e não o sexo do chefe. No entanto, segundo Liu, Esteve e Treviño (2017), os domicílios brasileiros chefiados por mulheres se encontram em desvantagem em relação aos domicílios chefiados por homens não importando qual a composição familiar e onde ele se encontra, indicando que a feminização da pobreza é um fenômeno com forte presença no território brasileiro (LIU; ESTEVE; TREVIÑO, 2017).

Nesse contexto, espera-se que choques positivos de renda no setor de serviços e negativos na indústria, assim como um choque positivo geral, aumentem a barganha da mulher dentro do domicílio, e que choques negativos de renda no setor de serviços e positivos na indústria reduzam sua voz ativa. Quanto à vulnerabilidade, espera-se que choques negativos de renda façam com que os domicílios chefiados por mulheres estejam mais vulneráveis à pobreza do que os domicílios chefiados por homens e que os choques positivos de renda façam com que eles (domicílios chefiados por homens e mulheres) estejam igualmente vulneráveis.

3. Estratégia empírica

3.1. Algumas definições: pobreza, choques de renda e chefia feminina de domicílio

Embora se reconheça a faceta multidimensional da pobreza, neste trabalho, foram considerados pobres aqueles domicílios que viviam, em cada ano, com uma renda *per capita* mensal abaixo de uma linha de pobreza definida. Assim, domicílios considerados pobres são aqueles que possuem uma renda mensal *per capita* igual ou menor a meio salário mínimo (HOFFMANN, 2000).

Quanto aos choques de renda, a taxa de desemprego pode ser considerada uma boa medida, devido ao fato de o mercado de trabalho ser o principal meio de transmissão de choques macroeconômicos para os domicílios (CORBACHO; GARCIA-ESCRIBANO; INCHAUSTE, 2007). Dessa forma, neste trabalho, o choque de renda foi criado considerando a taxa de desemprego⁶ (assim como Duryea (1998), Zhang (2014) e Christelis, Georgarakos e Jappelli (2015)) das regiões metropolitanas brasileiras (Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre e Distrito Federal). Com isso, considera-se que uma região sofreu choque negativo se, naquele período, a taxa de desemprego (geral ou setorial) é maior que sua média histórica (ao longo do período 2011 a 2015) mais um desvio padrão. Por outro lado, essa mesma região sofreu um choque positivo quando a taxa de desemprego (geral ou setorial) é menor que sua média histórica menos um desvio padrão.

Para que se identifique o impacto causal desse choque de renda, a taxa de desemprego das regiões metropolitanas e, portanto, a ocorrência do choque, deve ser considerada exógena aos domicílios. Duas estratégias são adotadas para garantir que se aproxime o máximo possível deste efeito causal: (i) assume-se a seleção em observáveis, de modo que as diferenças regionais quanto às taxas de desemprego se devam a características observáveis dessas regiões que são, portanto, devidamente controladas; e (ii) as características não observáveis que também podem determinar as diferenças quanto às taxas de desemprego e o potencial de vulnerabilidade dos domicílios dessas mesmas regiões são consideradas fixas no tempo. Dessa forma, as heterogeneidades não observadas em nível de região metropolitana são levadas em consideração por meio de efeitos fixos.

⁶ As taxas de desemprego em nível de região metropolitana foram calculadas utilizando dados da PNAD, considerando:

$$\text{taxa de desemprego} = \frac{\text{número de desocupados}}{\text{quantidade de indivíduos economicamente ativos}}$$

Por fim, um dos objetivos deste trabalho refere-se à identificação do efeito dos choques sobre a probabilidade das mulheres tornarem-se chefes do domicílio. Assim, torna-se importante ressaltar que chefe de domicílio, segundo o IBGE (2018), é a pessoa responsável pela unidade domiciliar e que é assim considerada pelos demais membros do domicílio. Este papel, entretanto, tem sido cultural e historicamente associado à figura masculina, devido à herança patriarcal que a sociedade atual carrega (SABÓIA; SOARES, 2004). Diante disso, uma mulher tende a ser considerada a pessoa responsável pelo domicílio quando neste não há a presença de um homem, indicando que elas são chefes autodeclaradas (CAVENAGHI; ALVES, 2018). Esses domicílios são os monoparentais, onde há a presença da mãe com filhos e os unipessoais, que são mulheres morando sozinhas. Nesse caso, a chefia feminina não está, necessariamente, relacionada à uma escolha feita pela mulher. Entretanto, uma mulher também pode se tornar a pessoa de referência do domicílio se ela possui algum tipo de barganha dentro do mesmo, o que está associado diretamente à um maior empoderamento feminino (CAVENAGHI; ALVES, 2018). Esses seriam, então, os domicílios nucleares, onde há presença de um casal. Nesses domicílios, a chefia feminina pode estar associada à “matrifocalidade”, que é quando a mulher é considerada a pessoa de referência do domicílio por ser a maior responsável pela tomada de decisão no lar, sendo assim, a pessoa com maior voz ativa dentro do domicílio (CARVALHO, 1998). A chefia feminina pode, ainda, estar associada ao poder econômico, indicando que, neste caso, o domicílio seria mantido financeiramente pela mulher (CARVALHO, 1998). Neste trabalho, considera-se que a renda está necessariamente relacionada com a voz ativa dentro do domicílio, como sugerido por Carter e Katz (1997).

3.2. Fonte e Tratamento dos dados

A fonte de dados utilizada é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), que é uma pesquisa anual por amostragem probabilística de domicílios proveniente do IBGE. A PNAD é um plano amostral complexo e auto ponderado que busca assegurar que todos os domicílios tenham a mesma probabilidade de seleção (SILVA; PESSOA; LILA, 2002). Seus dados são coletados a partir de uma amostra nacional representativa de residentes, contendo dados pessoais e domiciliares.

A amostra utilizada é composta de domicílios localizados nas regiões metropolitanas brasileiras e foram considerados somente os indivíduos em idade ativa, abrangendo mulheres de 15 a 60 anos e homens de 15 a 65 anos. A restrição da idade é feita com base na idade mínima economicamente ativa estabelecida pelo IBGE, 15 anos, e a idade mínima para se aposentar estabelecida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS, 2018) - 60 anos para as mulheres e 65 para os homens. Essa restrição é importante visto que o objetivo do estudo é avaliar como choques de renda afetam os domicílios, utilizando choques ocorridos no mercado de trabalho. O período considerado na análise é o de 2011 a 2015. A escolha desse período foi feita baseada nos ciclos da PNAD que são os anos em que a pesquisa é feita entre censos demográficos (IBGE, 2019). Dessa forma, consideram-se os anos de pesquisa após o censo de 2010. Os dados de cada período da pesquisa foram empilhados de forma a obter variações no tempo e nas unidades de seção cruzada.

3.3. Estratégia de identificação

Diante da não aleatoriedade dos choques de renda sentidos em nível de região metropolitana, propõe-se a utilização de dados observacionais e uma estratégia que permite a identificação dos efeitos de interesse.

A primeira relação de interesse consiste no efeito de choques de renda sobre a probabilidade de chefia feminina do domicílio, identificada por meio da seguinte equação:

$$y_{1,i,s,t} = \alpha_1 + \beta \text{choque}_s + \theta \text{choque}_{h_s} + \phi \text{choque}_{m_s} + X'_{1,i,s,t} \sigma_1 + \delta_1 C_{i,s,t} + \varphi_1 \text{DummyAno}_t + \mu_1 \text{DummyLocal}_s + \Theta_1 (\text{DummyAno}_t * \text{DummyLocal}_s) + \varepsilon_{1,i,s} \quad (1)$$

em que $y_{1,i,s,t}$ é uma variável binária que assume valor 1 se o domicílio i , localizado na região metropolitana s , no período t , é chefiado por uma mulher e 0 se é chefiado por um homem. A variável $choque_s$ refere-se a uma *dummy* que assume valor igual a 1 se a taxa de desemprego da região metropolitana s no período t encontra-se um desvio acima da média ao longo de todo o período (caracterizando um choque negativo de renda) ou abaixo da média (sendo, portanto, um choque positivo). De forma análoga, foram incluídas *dummies* indicativas de choques setoriais: $choque_{h_s}$ e $choque_{m_s}$ podem se tratar de choques positivos ou negativos (definidos da mesma forma que o choque supracitado) nos setores da indústria e de serviços de cada região⁷, respectivamente.

A hipótese para que o efeito de interesse reflita um impacto causal é a de que o choque sofrido em nível de região metropolitana seja exógeno ao domicílio. Segundo Almeida, Lima e Costa, (2018) as condições agregadas do mercado de trabalho podem ser consideradas fontes de variação exógena aos domicílios, assim, ao utilizar tais variáveis como choques, lida-se com a endogeneidade proveniente de características observáveis e não observáveis dos domicílios que se relacionam tanto com a variação de renda quanto com a possibilidade de chefia feminina. No entanto, A fim de considerar que essa exogeneidade possa ser condicional a variáveis observadas e não observadas, inseriu-se um vetor de variáveis observáveis de controles (tamanho do domicílio, presença de crianças, presença de cônjuge, presença de aposentado e/ou pensionista, tipo de arranjo domiciliar, idade da mulher, seu nível de escolaridade, sua raça e se ela exerce jornada dupla de trabalho, no vetor $X'_{1,i,s,t}$). Além disso, para lidar com a heterogeneidade não observada que é constante no tempo, inseriram-se efeitos fixos em nível de coorte de nascimento dos chefes de domicílios ($C_{i,s,t}$), de região metropolitana ($DummyLocal_s$) e de ano ($DummyAno_t$). Foi inserida, também, uma variável de interação entre os efeitos fixos de ano e de local ($DummyAno_t * DummyLocal_s$), afim de controlar a tendência observada nas regiões metropolitanas no período analisado. Assim, considera-se que possa haver não observáveis em nível de coorte, de região metropolitana e de período, que se correlacionem ao mesmo tempo com a ocorrência do choque na região metropolitana e com a probabilidade de chefia feminina. No entanto, a hipótese de identificação é a de que essa heterogeneidade tenha se mantido fixa no tempo.

Além disso, os erros padrões são robustos à heterocedasticidade e foram clusterizados em nível de região metropolitana visando considerar potenciais correlações espaciais nos resultados entre os indivíduos e maior robustez dos mesmos. A equação foi estimada por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários, culminando no modelo de probabilidade linear.

Uma equação análoga foi especificada para estimar a relação entre choques e vulnerabilidade:

$$\begin{aligned}
 y_{2,i,s,t} = & \omega_1 + \zeta(chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{s,t-n}) + \vartheta(chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{m_{s,t-n}}) \\
 & + \psi(chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{h_{s,t-n}}) + \zeta_2 chefe_{m_{i,s,t}} + \varpi choque_{s,t-n} \\
 & + \tau choque_{m_{s,t-n}} + \Omega choque_{h_{s,t-n}} + X'_{2,i,s,t} \varrho_1 + \lambda_1 C_{i,s,t} \\
 & + \xi_1 DummyAno_t + \Phi_1 DummyLocal_s + \pi_1 (DummyAno_t \\
 & * DummyLocal_s) + \epsilon_{1,i,s}
 \end{aligned} \tag{2}$$

em que $y_{2,i,s,t}$ é uma variável binária que assume valor 1 se o domicílio i , localizado na região metropolitana s , no período t , se encontra abaixo da linha de pobreza e 0, caso contrário. A linha de pobreza é definida considerando como pobres domicílios que possuem uma renda mensal *per capita* igual ou menor a meio salário mínimo (HOFFMANN; 2000).

As variáveis de interesse são, então, as variáveis de interação entre domicílios chefiados por mulheres e choques de renda ($chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{s,t-n}$; $chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{m_{s,t-n}}$ e $chefe_{m_{i,s,t}} * choque_{h_{s,t-n}}$), que assumem valor 1 se o domicílio é chefiado por mulher e sofreu um choque no período $t-n$ e 0, caso contrário. A primeira variável representa a interação entre a chefia feminina de domicílio e choque feito através da taxa geral de desemprego, enquanto a segunda e a terceira representam a interação

⁷ Considerando a indústria como um setor majoritariamente masculino e o setor de serviços, feminino.

entre a chefia feminina e os choques específicos de setor, serviços e indústria, respectivamente. Neste caso, é considerado o choque em períodos passados, pois espera-se que a condição de vulnerabilidade do domicílio não se altere imediatamente após o choque, de modo que haja um período de ajuste após a ocorrência de variações na renda (GLEWWE; HALL, 1998). Além disso, choques como o desemprego podem ser momentaneamente mitigados com o uso do seguro desemprego, justificando a utilização do choque em períodos passados nessa estimação (CHRISTELIS; GEORGARAKOS; JAPPELLI, 2015). Assim, considera-se uma defasagem de três anos, conforme Glewwe e Hall (1998).

As demais variáveis da equação (2) são tais como apresentadas na equação (1), com a exceção dos controles em nível domiciliar, que nesse caso são: tamanho do domicílio, presença de crianças, presença de cônjuge, presença de aposentado e/ou pensionista, se o chefe do domicílio possui jornada dupla de trabalho, além de sua idade, anos de estudo e raça. A equação foi estimada por meio do método de Mínimos Quadrados Ordinários. Seus erros padrões também são robustos à heterocedasticidade e clusterizados em nível de região metropolitana.

4. Resultados e Discussões

4.1. Regiões Metropolitanas: perfil das mulheres chefes

A Tabela 1 apresenta as características das mulheres chefes de domicílios nas regiões metropolitanas brasileiras no período de 2011 a 2015. Nota-se um aumento no número de domicílios chefiados por mulheres, que foi de 40,26% em 2011 para 45,04% em 2015 (uma elevação de 4,78p.p.).

Nota-se que no período analisado, houve uma elevação da proporção de mulheres negras e pardas chefes de domicílio em comparação com mulheres brancas. Houve, também, aumento do percentual daquelas que vivem em companhia de um parceiro, entre 2011 a 2015. Entretanto, mais de 60% das mulheres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras viviam sem um companheiro no domicílio em 2015. Quanto ao tipo de arranjo domiciliar, verifica-se uma elevação da proporção de mulheres que chefiavam domicílios nucleares de 2011 a 2015. Entretanto, durante todo o período analisado, a maioria delas chefiava domicílios monoparentais, sugerindo que a chefia feminina de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras não está necessariamente associada à uma escolha da mulher, uma vez que elas chefiam, em sua maioria, domicílios onde não há a presença de um parceiro com quem dividir as responsabilidades (SABÓIA; SOARES, 2004; CAVENAGHI; ALVES, 2018) Cabe destacar, ainda, que uma parte significativa das mulheres chefiava a categoria “outro tipo” de arranjo domiciliar, onde se encontra o arranjo unipessoal.

Quanto ao nível de instrução, em 2011, a maioria das mulheres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas possuía ensino fundamental incompleto. Entretanto, em 2015, houve uma inversão dessa proporção, com a maioria das chefes de domicílio passando a apresentar ensino médio completo. Nota-se ainda um aumento do percentual de mulheres chefes que possuem ensino superior completo. Ao se tratar da idade, as mulheres chefes das regiões metropolitanas possuíam, em média, 50 anos em 2011, com elevação de 1 ano no período analisado. Além disso, o número médio de pessoas nos domicílios chefiados por elas apresentou uma redução de 0,07 pessoas de 2011 a 2015.

Em relação à alocação de tempo, as mulheres chefes de domicílios das regiões metropolitanas dedicavam, em média, 38,23 horas semanais ao trabalho remunerado e cerca de 28 horas ao trabalho doméstico em 2011. Já em 2015, o número médio de horas que delas dedicavam ao mercado de trabalho reduziu-se para 36,78 horas, possivelmente, entre outros fatores, devido à crise econômica vivenciada pelo país. Houve, também, uma redução do número médio de horas dedicado ao trabalho não remunerado, que foi para cerca de 25 horas semanais em 2015. Essa redução pode estar relacionada com o aumento do número de mulheres chefes de domicílios nucleares e de mulheres chefes que vivem com um parceiro, que contam, então, com maior possibilidade de divisão de tarefas domésticas. Entretanto, mesmo com essa redução no número de horas semanais gastas em afazeres domésticos pelas mulheres chefes, esses dados mostram que elas exercem uma extensa jornada dupla de trabalho, dividindo seu tempo entre trabalho remunerado e não remunerado (JONES; KODRAS, 1990; FUWA, 2000). Quanto ao rendimento, verifica-

se uma elevação na renda média das mulheres chefes de domicílio das regiões metropolitanas brasileiras, indo de R\$1.369,01 em 2011 para R\$1.782,52 em 2015.

Tabela 1: Características de mulheres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras, 2011 a 2015

	2011	2012	2013	2014	2015
	%				
Raça:					
Branca	50,61	49,65	49,70	47,48	47,53
Amarela e Indígena	01,07	01,18	00,98	01,13	01,08
Negra e Parda	48,32	49,17	49,32	51,39	51,39
Vive em companhia de um parceiro:					
Sim	32,10	34,03	33,35	35,16	35,01
Não, mas já viveu	56,93	54,98	55,65	54,02	54,63
Não, nunca viveu	10,97	10,99	10,99	10,82	10,36
Tipo de arranjo domiciliar:					
Casal sem filhos	09,04	09,55	09,41	10,44	10,74
Casal com filhos	22,53	23,85	23,31	24,16	23,57
Mãe com filhos	41,41	39,03	40,38	38,02	38,18
Outro tipo	27,03	27,58	26,90	27,39	27,50
Nível de instrução:					
Sem instrução	10,39	08,72	08,91	07,97	7,97
Fundamental incompleto	30,68	31,19	28,91	29,74	27,64
Fundamental completo	10,92	10,91	10,92	10,31	10,80
Médio incompleto	04,11	04,13	04,33	04,29	04,30
Médio completo	25,77	26,26	27,06	26,93	28,23
Superior incompleto	03,30	03,61	03,93	04,08	03,85
Superior completo	14,69	15,00	15,71	16,48	17,03
	Média				
Idade	50	50	51	51	51
Horas Semanais Trabalhadas	38,23	38,51	37,76	37,59	36,78
Horas Semanais em Afazeres Domésticos	27,67	25,12	24,92	25,97	24,89
Número de pessoas no domicílio	2,84	2,84	2,83	2,79	2,77
Rendimento	1.369,01	1.486,18	1.617,01	1.805,80	1.782,52
	42.358,00	44.235,00	43.981,00	45.216,00	44.989,00
Total de observações	40,26%	42,30%	42,47%	43,81%	45,04%

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD

Em suma, quanto ao perfil das mulheres chefes de domicílio das regiões metropolitanas brasileiras, os dados da Tabela 1 indicam que elas são, em sua maioria, mulheres negras, de meia idade, com ensino médio completo, chefiam domicílios monoparentais e exercem jornada dupla de trabalho.

4.2. Pobreza e chefes de domicílio

A Figura 1 apresenta a proporção de indivíduos vivendo abaixo da linha nacional de pobreza para regiões metropolitanas entre 2011 e 2015, considerando homens e mulheres de modo geral e homens e mulheres especificamente chefes de domicílio. É perceptível que, nas regiões metropolitanas brasileiras, durante todo o período analisado, a proporção de mulheres vivendo abaixo da linha de pobreza (2,72% em 2015) é maior do que a proporção de homens (2,15% em 2015) e que, ao se tratar de chefes de domicílio, as mulheres se encontram em uma desvantagem ainda maior (3,80% delas contra 1,87% dos homens chefes e 2,72% das mulheres em geral, em 2015). Fatos que indicam que as mulheres, no Brasil metropolitano, estão super-representadas dentre os mais pobres, corroborando a hipótese de existência de feminização da pobreza proposta pela literatura (MEDEIROS; COSTA, 2008; BRADSHAW; CHANT; LINNEKER, 2017). É interessante observar, ainda, que mesmo apresentando uma redução da pobreza ao se considerar o período total de análise (2011 a 2015), destaca-se uma elevação na porcentagem de indivíduos pobres no Brasil metropolitano de 2014 para 2015, que pode ser considerado resultado da crise econômica que o país tem enfrentado nos últimos anos. Segundo Vegh et al. (2019), essa elevação da pobreza em um momento

de recessão da economia é um indício de que o ciclo conjuntural repercute de forma significativa na pobreza.

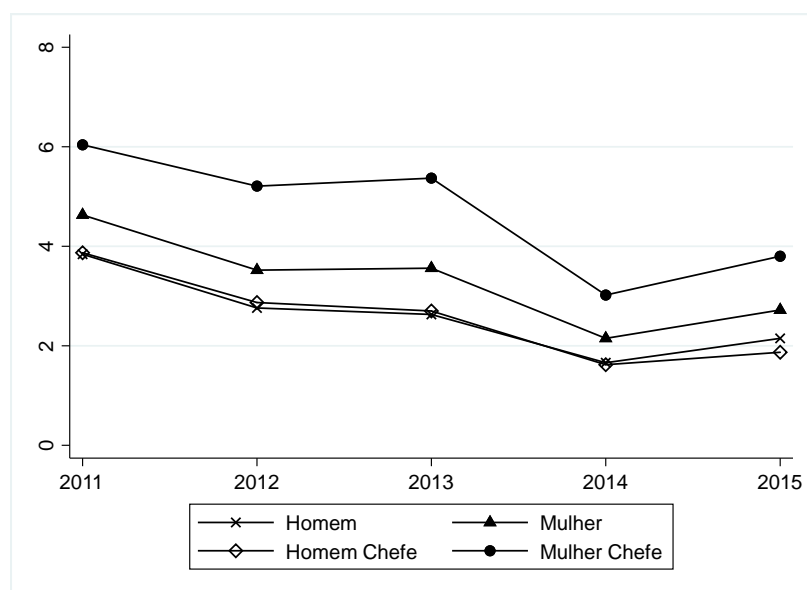


Figura 1: Porcentagem da população pobre, por sexo, 2011 a 2015, regiões metropolitanas

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD

Algumas características das mulheres pobres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras podem ser observadas na Tabela 2. Verifica-se que mais de 60% dessas eram negras ou pardas, durante todo o período analisado. Quanto à variável que indica se essas mulheres viviam em companhia de um parceiro, em 2011 somente 24,77% delas responderam que sim e em 2015 somente 24,22%, em comparação com cerca de 30% da média geral de mulheres chefes de domicílio (considerando pobres e não pobres) das regiões metropolitanas (Tabela 1). Esse resultado pode sugerir que a pobreza dessas mulheres está, de fato, fortemente relacionada com o fato de não possuírem alguém dentro do domicílio com quem dividir tarefas e a responsabilidade financeira (CEPAL, 2004). O tipo de arranjo domiciliar que elas chefiavam fornece outra indicação deste resultado. Durante todo o período analisado, uma grande proporção delas chefiava o arranjo “mãe com todos os filhos menores de 14 anos”, crianças que demandam mais cuidados. Outro arranjo importante entre as mulheres pobres chefes refere-se àqueles considerados de “outros tipos”, onde se encontram os domicílios unipessoais. Entretanto, considerando todos os arranjos de mães com filhos, tem-se que mais de 50% das mulheres pobres chefiavam domicílios monoparentais, o que é uma característica da chefia feminina de domicílio no Brasil e, novamente, esbarra no fato da mulher não ter apoio como chefe de domicílio, assim como abordam Cavenaghi e Alves (2018).

Quanto ao nível de instrução, a maioria dessas mulheres possui ensino fundamental incompleto (pouco mais de 35% de 2011 a 2015). O número médio de horas semanais trabalhadas por elas sugere que elas podem ter sido afetadas pela crise econômica vivenciada no Brasil nos últimos anos, uma vez que foram de uma média de 29,55 horas semanais trabalhadas em 2011 para 16,18 horas em 2015, uma queda de 13,37 horas semanais. Esse resultado fornece uma indicação de que os arranjos chefiados por mulheres pobres de fato estão mais susceptíveis a sofrerem diante de choques (KLASEN; LECHTENFELD; POVEL, 2015). Mesmo com essa queda, o número médio de horas dedicadas por elas ao trabalho não remunerado é superior horas àquele evidenciado na Tabela 1, indicando que mesmo com uma redução das horas dedicadas ao trabalho remunerado, as mulheres pobres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras ainda exercem extensa jornada dupla de trabalho sugerindo que, além de pobres em renda, essas mulheres são pobres em tempo (JONES; KODRAS, 1990; FUWA, 2000). Segundo Carloto (2005), isso ocorre pois a presença de crianças no domicílio, (mais de 50% das mulheres pobres chefes no Brasil metropolitano em 2015 estão no arranjo monoparental), faz com que essas mulheres fragmentem o uso de seu tempo entre trabalho remunerado e não remunerado, aumentando, assim, sua carga de trabalho doméstico.

Tabela 2: Características de mulheres pobres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras, 2011 a 2015

	2011	2012	2013	2014	2015
	%				
Raça:					
Branca	33,77	36,31	36,71	28,56	31,45
Amarela e Indígena	00,76	00,66	00,92	00,90	01,08
Negra e Parda	65,45	63,03	62,37	70,40	67,47
Vive em companhia de um parceiro:					
Sim	24,77	19,57	19,04	22,44	24,22
Não, mas já viveu	61,14	64,62	66,54	62,73	63,14
Não, nunca viveu	14,08	15,81	14,42	14,83	12,64
Tipo de arranjo domiciliar:					
Casal sem filhos	02,20	03,00	02,97	03,91	05,20
Casal com todos os filhos < 14 anos	11,97	08,41	05,51	08,21	07,75
Casal com todos os filhos ≥ 14 anos	04,09	02,71	03,19	02,88	04,19
Casal com filhos < 14 e ≥ 14 anos	05,40	04,06	05,81	06,11	05,27
Mãe com todos os filhos < 14 anos	23,51	23,62	23,28	26,33	22,02
Mãe com todos os filhos ≥ 14 anos	19,60	17,73	17,24	17,23	21,94
Mãe com filhos < 14 e ≥ 14 anos	14,43	14,42	12,60	15,04	13,56
Outros tipos de família	18,78	26,06	29,39	20,28	20,08
Nível de instrução:					
Sem instrução	14,78	12,45	12,44	08,05	11,05
Fundamental incompleto	37,20	39,05	37,96	40,99	36,93
Fundamental completo	14,18	14,76	11,63	14,11	12,76
Médio incompleto	07,59	06,24	06,79	08,08	08,66
Médio completo	21,72	19,46	24,18	24,73	23,35
Superior incompleto	01,89	02,85	03,10	01,34	03,17
Superior completo	02,57	04,73	03,70	02,51	04,08
	Média				
Horas Semanais Trabalhadas	29,55	29,63	26,51	27,19	16,18
Horas Semanais em Afazeres Domésticos	34,32	30,65	29,02	32,10	31,56

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da PNAD

Em suma as mulheres pobres chefes de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras são, em sua maioria, negras, de domicílios monoparentais, com ensino fundamental incompleto e pobres também em tempo, exercendo extensa jornada dupla de trabalho.

4.3. Choques de renda e domicílios chefiados por mulheres

4.3.1. Efeitos dos choques de renda sobre a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio

Com diferentes especificações da equação (1), avaliam-se os efeitos dos diferentes choques de renda sobre a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras. Os resultados dessa estimação encontram-se na Tabela 3, onde em (1) e (2), incluem-se somente os choques de renda gerais (e efeitos fixos pertinentes) e em (3) e (4) adicionam-se os choques de renda setoriais. (1) e (3) são as estimações sem as variáveis de controle e (2) e (4) com elas.

Tabela 3: Fatores associados à probabilidade de uma mulher se tornar chefe de domicílio, Regiões Metropolitanas, 2011 a 2015

	(1)	(2)	(3)	(4)
Choque Negativo	0,00*** (0,00)	-0,02*** (0,00)	0,03*** (0,00)	-0,01*** (0,00)
Choque Positivo	0,03*** (0,00)	0,01*** (0,00)	0,01*** (0,00)	0,01*** (0,00)
Choque Negativo Indústria			-0,07*** (0,00)	-0,02*** (0,00)
Choque Positivo Indústria			0,14*** (0,00)	0,00 ^{NS} (0,00)
Choque Negativo Serviços			0,01*** (0,00)	-0,00*** (0,00)
Choque Positivo Serviços			-0,05*** (0,00)	-0,01*** (0,00)
Constante	0,01*** (0,00)	-0,03 ^{NS} (0,02)	0,06*** (0,00)	-0,02 ^{NS} (0,02)
R ²	0,03	0,96	0,03	0,96
Controles	Não	Sim	Não	Sim
Efeito fixo de ano de nascimento do chefe	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de região metropolitana	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de ano*região metropolitana	Sim	Sim	Sim	Sim

Fonte: Resultados da pesquisa.

Nota: *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1 e ^{NS} p>0,1. Erros padrão em parêntesis.

Variáveis de controle adicionadas: tamanho do domicílio, presença de crianças, presença de cônjuge, presença de aposentado e/ou pensionista, tipo de arranjo domiciliar, idade da mulher, seu nível de escolaridade, sua raça e se ela exerce jornada dupla de trabalho.

Como pode ser observado na Tabela 3, as variáveis referentes aos choques de renda foram estatisticamente significativas para explicar a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras. A inclusão das variáveis de controle de (1) para (2) e de (3) para (4) leva à uma redução nos coeficientes dos choques de renda, sugerindo que a estimação sem essas variáveis superestima o efeito dos choques sobre a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio. Além disso, tal mudança evidencia o fato de que o choque é apenas condicionalmente aleatório. Dessa forma, o modelo que inclui variáveis de controle se torna aquele mais adequado para explicar a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio.

Os resultados sugerem que, depois de controladas as características observáveis dos domicílios e dos indivíduos e as não observáveis por meio dos efeitos fixos, um choque positivo de renda aumenta as chances da mulher se tornar chefe de domicílio em 1p.p., o que corrobora com a hipótese inicial de que choques positivos de renda aumentariam a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras. Esses resultados são coerentes com os de Haushofer e Shapiro (2013) e Berniell, Machado e La Mata (2014) que encontraram que mesmo uma pequena alteração na renda domiciliar serve como forma de empoderar a mulher, dando a ela maior voz ativa dentro do domicílio, o que pode levar a alterações na estrutura domiciliar.

Quanto ao choque negativo, os resultados apontam que um choque negativo de renda reduz as chances da mulher se tornar chefe de domicílio em 2p.p. Uma possível explicação para esse resultado é a de que, no Brasil, culturalmente, o papel de chefe de domicílio pertence ao homem (IPEA, 2009; CAVENAGHI; ALVES, 2018), de forma que, segundo Zhang (2014), quando o domicílio sofre um choque de renda negativo, seja ele permanente ou temporário, há maior transferência da renda domiciliar para o homem como tentativa de mitigar os efeitos dessa redução inesperada na renda, o que reduz o poder de barganha feminino dentro do domicílio e, conseqüentemente, as chances da mulher se tornar chefe.

Em (4), incluem-se variáveis de choque na indústria e no setor de serviços, representando alterações na renda que afetariam majoritariamente os homens e as mulheres, respectivamente. Nota-se que essa inclusão não alterou a relação entre os choques gerais e a probabilidade da mulher se tornar chefe de

domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras. Entretanto, reduziu o coeficiente do choque negativo de renda, sugerindo que o efeito associado ao choque geral estava refletindo as influências dos choques setoriais. Nesse caso, então, a ocorrência de um choque negativo de renda reduz as chances da mulher se tornar chefe de domicílio em 1p.p.

Ao se tratar dos choques setoriais, tem-se que um choque negativo na indústria e um choque negativo no setor de serviços reduzem as chances da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras em 2p.p. e 0,1p.p., respectivamente. Esses resultados indicam que um choque negativo de renda reduz as chances da mulher se tornar chefe de domicílio, não importando se ele afeta majoritariamente a renda masculina ou se afeta majoritariamente a renda feminina. A mesma relação foi encontrada por Christelis, Georgarakos e Jappelli (2015) ao avaliar dados para os Estados Unidos, segundo os autores, se os choques são percebidos como alterações permanentes na renda, a principal resposta dos domicílios é a alteração da estrutura domiciliar ocorrida por meio da divisão de domicílios, entretanto, se a percepção do choque é como uma alteração temporária na renda, a resposta dos domicílios se dá através da redução do consumo. Dessa forma, se o choque negativo na renda dos indivíduos for percebido como temporário, isso pode justificar o fato dele reduzir as chances das mulheres se tornarem chefes de domicílios nas regiões metropolitanas brasileiras. Este resultado é diferente da hipótese deste trabalho de que um choque negativo na indústria aumentaria as chances da mulher se tornar chefe de domicílio.

Quanto ao choque positivo de renda nos setores prioritariamente masculino e feminino, os resultados expostos na Tabela 3 indicam um efeito oposto ao da hipótese inicial e ao sugerido por Carter e Katz (1997) em seu modelo de contrato conjugal de que um choque positivo no setor de serviços aumentaria as chances da mulher se tornar chefe de domicílio, enquanto um choque positivo na indústria reduziria tal chance.

Verifica-se, então, que um choque positivo no setor de serviços reduz as chances da mulher se tornar chefe de domicílio em 1p.p. IPEA (2009), avaliando os impactos da crise de 2008 sobre o trabalho feminino, constata que os efeitos dessa crise foram de elevar o número de mulheres empregadas no mercado de trabalho formal, entretanto, a estratégia de trocar a mão-de-obra masculina pela feminina estava ligada à precarização dos empregos em um momento de crise, de forma que ao contratar mais mulheres os empregadores conseguiriam pagar salários mais baixos. Como, neste trabalho, o choque positivo representa uma situação em que a taxa de desemprego se encontra abaixo de sua média histórica, a relação inversa entre o choque positivo no setor que mais emprega mulheres e a probabilidade menor da mulher se tornar chefe de domicílio pode, nesse contexto, ser um indicativo que de o aumento do emprego feminino nem sempre aumenta seu poder de barganha dentro do domicílio. Além do mais, as mulheres exercem um trabalho reprodutivo que impõe à elas maiores e mais intensas jornadas de trabalho e um aumento do emprego feminino é um caminho de elevar essa jornada dupla de trabalho exercida pela mulher (IPEA, 2009; CAVENAGHI; ALVES, 2018).

O choque positivo na indústria, no entanto, foi não significativo para explicar a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio, indicando que uma variação positiva em um setor majoritariamente masculino não altera o poder de barganha feminino dentro do domicílio.

Em suma, os resultados apontam que choques de renda negativos, não importando se afetam o setor de serviços, a indústria ou se é geral, reduzem o poder de barganha feminino dentro do domicílio, diminuindo as chances da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras. Enquanto os choques positivos de renda nem sempre são capazes de aumentar a voz ativa da mulher dentro do domicílio.

4.3.2. Efeitos dos choques de renda sobre a probabilidade de pobreza dos domicílios chefiados por mulheres

Na Tabela 4 estão os resultados da estimação de variantes da equação (2) onde: (1) e (2) consideram apenas os choques gerais e (3) e (4) incluem choques setoriais. Em (1) e (3) não há variáveis de controle, que foram incluídas em (2) e (4).

Tabela 4: Fatores associados à probabilidade de pobreza de domicílios das regiões metropolitanas brasileiras, 2011 a 2015

Fonte: Resultados da pesquisa.

	(1)	(2)	(3)	(4)
Choque Negativo*Chefia feminina	0,00 ^{NS}	0,01***	0,00 ^{NS}	0,01***
	(0,00)	(0,00)	(0,00)	(0,00)
Choque Positivo*Chefia feminina	0,02*	0,01 ^{NS}	0,02*	0,01 ^{NS}
	(0,01)	(0,01)	(0,01)	(0,01)
Choque Negativo Indústria*Chefia feminina			-0,00 ^{NS}	0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Choque Positivo Indústria*Chefia feminina			0,02***	0,02***
			(0,01)	(0,00)
Choque Negativo Serviços*Chefia feminina			-0,00 ^{NS}	-0,00 ^{NS}
			(0,01)	(0,00)
Choque Positivo Serviços*Chefia feminina			-0,01*	-0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Chefia Feminina de Domicílio	0,07***	0,38***	0,07***	0,38***
	(0,01)	(0,03)	(0,01)	(0,02)
Choque Negativo	0,10 ^{NS}	0,12*	0,10 ^{NS}	0,12*
	(0,06)	(0,06)	(0,06)	(0,06)
Choque Positivo	-0,28	-0,26*	-0,28 ^{NS}	-0,26*
	(0,17)	(0,14)	(0,17)	(0,14)
Choque Negativo Indústria			-0,00 ^{NS}	-0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Choque Positivo Indústria			-0,00 ^{NS}	-0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Choque Negativo Serviços			-0,00 ^{NS}	-0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Choque Positivo Serviços			-0,00 ^{NS}	-0,00 ^{NS}
			(0,00)	(0,00)
Constante	1,20***	1,11***	1,20***	1,11***
	(0,00)	(0,03)	(0,00)	(0,03)
R ²	0,07	0,18	0,07	0,18
Controles	Não	Sim	Não	Sim
Efeito fixo de ano de nascimento do chefe	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de ano	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de região metropolitana	Sim	Sim	Sim	Sim
Efeito fixo de ano*região metropolitana	Sim	Sim	Sim	Sim

Nota: *** p<0,01, ** p<0,05, * p<0,1 e ^{NS} p>0,1. Erros padrão em parêntesis.

Variáveis de controle: tamanho do domicílio, presença de crianças, presença de cônjuge, presença de aposentado e/ou pensionista, se o chefe do domicílio possui jornada dupla de trabalho, sua idade, anos de estudo e raça.

Ainda que a inclusão das variáveis de controle não altere a significância e coeficientes de todas as variáveis de choque, as especificações em que elas são incluídas são consideradas preferidas pois controlam as características observáveis dos domicílios e dos chefes.

Assim, os resultados apresentados na coluna (2) mostram não significância da interação entre o choque positivo de renda e o fato do domicílio ser chefiado por mulheres. Isso sugere que este choque não afeta de maneira distinta a probabilidade de pobreza de domicílios chefiados por mulheres e homens. Já a variável “Choque Negativo*Chefia feminina” foi significativa e apresentou uma relação positiva com as chances de pobreza dos domicílios, ou seja, domicílios chefiados por mulheres que sofreram choque

negativo de renda há três anos possuem 1p.p. a mais de chance de se serem pobres hoje do que domicílios chefiados por mulheres que não sofreram tal choque e do que domicílios chefiados por homens. Este resultado é coerente com o de Del Ninno e Marini (2005) que afirmam que choques negativos de renda deixam os domicílios mais vulneráveis à pobreza e com a hipótese deste trabalho de que choques de renda negativos deixam os domicílios chefiados por mulheres mais prováveis de serem pobres do que domicílios chefiados por homens no Brasil metropolitano.

Observa-se ainda na coluna (2) que, uma vez controladas as características observáveis, domicílios chefiados por mulheres possuem cerca de 38p.p. a mais de chances de serem pobres do que domicílios chefiados por homens, corroborando a hipótese de que domicílios chefiados por mulheres estão super-representados dentre os mais pobres, assim como encontrado por Angel e Tienda (1982) e Glewwe e Hall (1998). É interessante destacar que, ao estimar o modelo com as variáveis de controle, a magnitude dessa variável aumenta (de 7p.p. para 38p.p.), sugerindo que a estimação sem os controles (apresentada em (1)) subestima o efeito do sexo do chefe do domicílio sobre suas chances de pobreza. Isso ocorre, segundo Costa e Marra (2013), porque além das características domiciliares que deixam esses domicílios mais vulneráveis, existem dificuldades culturais associadas à posição da mulher como chefe de domicílio, dando maior peso ao gênero do chefe do domicílio ao se avaliar suas chances de se encontrar em condição de pobreza. Ao se tratar das variáveis de choque, domicílios que sofreram um choque negativo há três anos possuem 12p.p. a mais de chances de serem pobres hoje, enquanto domicílios que sofreram choques positivos possuem uma chance 26p.p. menor, o que condiz com os resultados encontrados por Del Ninno e Marini (2005) e Haushofer e Shapiro (2013).

Em relação às interações com os choques setoriais (coluna (4)), a única que se mostrou significativa foi a interação entre choque positivo na indústria e chefia feminina de domicílio. Assim, um choque de renda positivo na indústria, setor que emprega majoritariamente homens, sofrido há três anos eleva as chances de pobreza atual dos domicílios chefiados por mulheres (em média, em 2p.p.). O que contrasta com Snyder, McLaughlin e Findeis (2006), segundo os autores, a elevação da renda de outros indivíduos do domicílio ajudam a retirar os domicílios chefiados por mulheres da pobreza. Uma possível explicação para este resultado é a de que a elevação no emprego masculino pode não ser suficiente para reduzir as chances de pobreza dos domicílios chefiados por mulheres (que já são significativamente mais prováveis de serem pobres no Brasil metropolitano), uma vez que a maioria desses domicílios não possuem a presença masculina, conforme abordado anteriormente.

Por fim, quanto aos choques de renda de uma maneira geral, os únicos que se mostraram significativos para explicar as chances de pobreza de um domicílio foram os choques gerais. Com isso, assim como os resultados da coluna (2), domicílios que sofreram um choque negativo de renda possuem 12p.p a mais de chance de serem pobres e domicílios que sofreram choque positivo de renda possuem 26p.p a menos de chance. Os resultados acerca da chefia feminina de domicílio também foram assim como apresentados na coluna (2).

Em suma, os resultados desta seção apontam que domicílios chefiados por mulheres que sofreram choque negativo de renda e que sofreram choque negativo na indústria há três anos, possuem maior probabilidade de serem pobres hoje. Além disso, domicílios chefiados por mulheres são significativamente mais prováveis de serem pobres no Brasil metropolitano do que domicílios chefiados por homens.

5. Considerações Finais

O número de domicílios chefiados por mulheres tem se elevado ano a ano no Brasil e, ainda assim, as mulheres chefes se encontram em situação desfavorável quando se trata de rendimento, apoio (em relação à presença de cônjuge) e exposição a choques. Além do mais, a situação econômica desfavorável atual do país levanta questões acerca da resposta de tais domicílios frente a choques que alterem suas rendas. Dessa forma, o presente trabalho buscou avaliar duas principais questões: se choques de renda, positivos e negativos, são capazes de alterar a estrutura domiciliar, aumentando as chances da mulher se tornar chefe de domicílio e se domicílios chefiados por mulheres, ao sofrerem tais choques, possuem maiores probabilidades de se encontrarem mais vulneráveis à pobreza.

Para isso, a estratégia de identificação se baseou na utilização da taxa de desemprego como choque de renda, considerando como choque positivo aquele em que a taxa de desemprego se encontra um desvio padrão abaixo da média histórica da região metropolitana, e como choque de renda negativo quando essa se encontra um desvio padrão acima dessa mesma média. A fim de considerar choques de renda que afetassem majoritariamente os homens e as mulheres, foram avaliados ainda os choques advindos do desemprego (ou emprego) da indústria e do setor de serviços.

Entre os principais resultados encontrados estão o fato de que os choques negativos, não importa se geral ou setorial, reduzem as chances da mulher se tornar chefe de domicílio. Também reduzem essa probabilidade um choque positivo de emprego no setor de serviços. Um choque positivo de renda, por outro lado, possui o efeito de aumentar a probabilidade da mulher se tornar chefe de domicílio nas regiões metropolitanas brasileiras.

Esses resultados sugerem que, no Brasil metropolitano, reduções na renda domiciliar atuam como redutores da barganha feminina dentro dos domicílios, enquanto elevações da renda nem sempre levam a um aumento neste poder de barganha dentro do lar, o que pode estar diretamente relacionado com a herança patriarcal que o país carrega.

Quanto à vulnerabilidade dos domicílios, os resultados encontrados mostram uma relação positiva com a probabilidade de pobreza entre domicílios chefiados por mulheres que sofreram choque renda negativo há três anos e que sofreram choque de renda positivo na indústria há três anos. Tais resultados sugerem, então, que domicílios chefiados por mulheres que sofreram choque negativo de renda e que sofreram choque positivo de renda na indústria há três anos possuem maior probabilidade de estarem abaixo da linha de pobreza do que domicílios que não sofreram tal choque ou do que domicílios chefiados por homens. Observou-se, ainda, que domicílios chefiados por mulheres, mesmo sem a ocorrência de choques, são significativamente mais prováveis de serem pobres do que domicílios chefiados por homens, indicando que há, de fato, uma super-representação desses domicílios dentre os mais pobres das regiões metropolitanas brasileiras.

Diante da recorrente ocorrência de choques de renda em países em desenvolvimento, entender como os domicílios se comportam frente a essas situações é relevante para a criação de políticas públicas voltadas para as características de cada domicílio. Com isso, os resultados encontrados neste trabalho sugerem que ações voltadas para o empoderamento e independência das mulheres e para a assistência delas como chefes de domicílio são benéficas para ajudar esses domicílios a lidarem com choques macroeconômicos, uma vez que alterações negativas na renda do domicílio reduzem o poder de barganha delas enquanto alterações positivas na renda do domicílio não elevam esse poder na mesma proporção. Além disso, mesmo sem a ocorrência de choques, viu-se que domicílios chefiados por mulheres são significativamente mais prováveis de serem pobres no Brasil metropolitano.

Por fim, cabe ressaltar que este trabalho faz uma análise a nível de região metropolitana e uma característica marcante do Brasil é a heterogeneidade que existe ao longo do seu extenso território, dificultando a generalização dos resultados encontrados para o interior e para as áreas rurais do país, uma vez que o comportamento dos domicílios tende a ser diferente nesses territórios, o que fornece uma limitação do trabalho. Além do mais, utiliza-se uma medida de pobreza objetiva e unidimensional, baseada na renda. Sabe-se que se trata de um fenômeno multidimensional e que as mulheres chefes devem sofrê-la de diferentes formas, em diferentes dimensões. Essa é uma limitação que fornece, ao mesmo tempo, sugestão para trabalhos futuros. Além disso, análises de choques diferentes, tais como demográficos, como por exemplo morte ou doença de um cônjuge, seriam interessantes de serem avaliados.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A. C.; LIMA, J. E.; COSTA, L. V. **A participação da mãe no mercado de trabalho e o diferencial de anos de estudos por gênero entre adolescentes: Evidências para o Brasil.** Estudos Econômicos, v. 48, p. 597–622, 2018.
- ANGEL, R.; TIENDA, M. **Determinants of extended household structure: Cultural pattern or economic need?** American journal of Sociology, v. 87, n. 6, p. 1360–1383, 1982.

ANGRIST, J. D.; PISCHKE, J.-S. **Mostly harmless econometrics: An empiricist's companion.** [s.l.] Princeton university press, 2008

AUTOR, D. H.; DORN, D.; HANSON, G. H. **The Labor Market and the Marriage Market: How Adverse Employment Shocks Affect Marriage, Fertility, and Children's Living Circumstances.** 2015.

AVALOS, A. **Household Consumption Response to Food Price Shocks and the Vulnerability of the Poor in Mexico.** Journal of International Development, v. 28, n. 8, p. 1294–1312, 2016.

BARBOSA FILHO, F. DE H. **A crise econômica de 2014/2017.** Estudos Avançados, v. 31, n. 89, p. 51–60, 2017.

BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. **A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil.** IPEA: Textos para Discussão nº 800, 29p. 2001..

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONCA, R. **Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil.** Economic Development and Cultural Change, v. 45, n. 2, p. 231–257, 1997.

BERNIELL, I.; MACHADO, M.; LA MATA, D. **The Impact of a Permanent Income Shock on the Situation of Women in the Household: the case of a pension reform in Argentina.** Economic Development And Cultural Change, [s.l.], p.1-49, 29 jan. University of Chicago Press. 2014

BHALOTRA, S. R.; UMANA-APONTE, M. **The dynamics of women's labour supply in developing countries.** CMPO Working Paper Series No. 10/235. 2010.

BOHNENBERGER, R. **Uma Análise Regional da Discriminação de Gênero e Raça no Mercado de Trabalho Brasileiro – 1992 A 2001.** 2005. 174 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Economia de Empresas, Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2005.

BRADSHAW, S.; CHANT, S.; LINNEKER, B. **Gender and poverty: what we know, don't know, and need to know for Agenda 2030.** Gender, Place & Culture, v. 24, n. 12, p. 1667–1688, 2017.

CANÊDO-PINHEIRO, M.; LIMA, L. R.; MOURA, R. L. **Fatores econômicos e incidência de Divórcios: evidências com dados agregados brasileiros.** Anais do XXXVI Encontro Nacional de Economia, 2008.

CARLOTO, C. M. **A chefia familiar feminina nas famílias monoparentais em situação de extrema pobreza.** Textos & Contextos (Porto Alegre), v. 4, n. 1, 2005.

CARTER, M.; KATZ, E. **Separate spheres and the conjugal contract: Understanding the impact of gender-biased development.** In: Intrahousehold resource allocation in developing countries: Methods, models and policies, p. 95–111, 1997

CARVALHO, L. M. S. S. **A mulher trabalhadora na dinâmica da manutenção e da chefia domiciliar.** Estudos feministas, p. 7–33, 1998.

CAVENAGHI, S.; ALVES, J. E. D. **Mulheres chefes de família no Brasil: Avanços e desafios.** Rio de Janeiro: ENS-CPES, 2018. 120 p.; 21 cm (Estudos sobre Seguro, nº 32)

CEPAL, N. U. **Report of the Subregional Preparatory Meeting for South America: Towards the Ninth Session of the Regional Conference on Women in Latin America and the Caribbean.** 2004.

CHRISTELIS, D.; GEORGARAKOS, D.; JAPPELLI, T. **Wealth shocks, unemployment shocks and consumption in the wake of the Great Recession.** Journal of Monetary Economics, v. 72, p. 21–41, 2015.

CORBACHO, A.; GARCIA-ESCRIBANO, M.; INCHAUSTE, G. **Argentina: Macroeconomic crisis and household vulnerability.** Review of Development Economics, v. 11, n. 1, p. 92–106, 2007.

COSTA, F. Á. DE O.; MARRA, M. M. **Famílias brasileiras chefiadas por mulheres pobres e monoparentalidade feminina: risco e proteção.** Revista Brasileira de Psicodrama, v. 21, n. 1, p. 141–153, 2013.

DEL NINNO, C.; MARINI, A. **Household's vulnerability to shocks in Zambia.** World Bank Social Protection Discussion Paper, v. 536, 2005.

DUFLO, E. Women empowerment and economic development. **Journal of Economic Literature**, v. 50, n. 4, p. 1051–1079, 2012.

DURYEA, S. **Children's advancement through school in Brazil: the role of transitory shocks to household income.** Inter-American Development Bank: Working paper nº376. 1998..

FISHER, B.; NAIDOO, R. **The Geography of Gender Inequality.** PloS One 11 (3): e0145778. 2016.

FUWA, N. **The poverty and heterogeneity among female-headed households revisited: the case of Panama.** World development, v. 28, n. 8, p. 1515–1542, 2000.

GLEWWE, P.; HALL, G. **Who is most vulnerable to macroeconomic shocks? Hypotheses tests using**

panel data from Peru. [s.l.] The World Bank, 1998.

GONÇALVES, S. L.; MENEZES FILHO, N. A. **O salário mínimo e a oferta de trabalho das famílias pobres: uma abordagem coletiva com os dados da PNAD Contínua (2012-2015)**. No. 40, Universidade de São Paulo (FEA-USP). 2015

HAUSHOFER, J.; SHAPIRO, J. **Household response to income changes: Evidence from an unconditional cash transfer program in Kenya**. Massachusetts Institute of Technology, 2013.

HOFFMANN, R. **Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil**. Desigualdade e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA, p. 81–107, 2000.

IBGE - Índice Brasileiro de Geografia e Estatística. **Séries históricas e estatísticas**. 2018. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/lista_tema.aspx?op=1&no=4&nome=regioes-metropolitanas >. Acesso em: 14 set. 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Conceitos: PNAD**. 2019. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaoadevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm> >. Acesso em: 14 jan. 2019.

INSS - Instituto Nacional do Seguro Social. 2018. Disponível em: <<https://www.inss.gov.br/beneficios/aposentadoria-por-idade/>>. Acesso em: 25 out. 2018

IPEA. **Impacto da crise sobre as mulheres**. Observatório Brasil da Igualdade de Gênero.- Brasília: Ipea: SPM: OIT, 2009. 70 p.: gráfs., tabs.

JONES, J. P.; KODRAS, J. E. **Restructured regions and families: The feminization of poverty in the US**. Annals of the Association of American Geographers, v. 80, n. 2, p. 163–183, 1990.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. **Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional**. Economia e Sociedade, v. 15, n. 1, p. 79–112, 2006.

KLASEN, S.; LECHTENFELD, T.; POVEL, F. **A feminization of vulnerability? Female headship, poverty, and vulnerability in Thailand and Vietnam**. World Development, v. 71, p. 36–53, 2015.

LAVINAS, L., NICOLL, M. **Atividade e Vulnerabilidade: Quais Os Arranjos Familiares Em Risco?** Dados-Revista de Ciências Sociais 49 (1). 2006.

LIGON, E.; SCHECHTER, L. **Measuring vulnerability**. The Economic Journal, v. 113, n. 486, p. C95--C102, 2003.

LIU, C.; ESTEVE, A.; TREVIÑO, R. **Female-headed households and living conditions in Latin America**. World Development, v. 90, p. 311–328, 2017.

MACPHERSON, D. A.; HIRSCH, B. T. **Wages and gender composition: why do women's jobs pay less?** Journal of Labor Economics, v. 13, n. 3, p. 426–471, 1995.

MCKENZIE, D. J. **How do households cope with aggregate shocks? Evidence from the Mexican peso crisis**. World Development, v. 31, n. 7, p. 1179–1199, 2003.

MCLANAHAN, S. S.; KELLY, E. L. **The feminization of poverty**. In: Handbook of the Sociology of Gender. [s.l.] Springer, 2006. p. 127–145.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. **Is there a feminization of poverty in Latin America?** World Development, v. 36, n. 1, p. 115–127, 2008.

MILAZZO, A.; DE WALLE, D. **Women Left behind? Poverty and Headship in Africa**. The World Bank. 2015.

MODENA, F.; GILBERT, C. L. **Household responses to economic and demographic shocks: marginal logit analysis using Indonesian data**. Journal of Development Studies, v. 48, n. 9, p. 1306–1322, 2012.

MOTTALEB, K. A.; MOHANTY, S.; MISHRA, A. K. **Intra-household resource allocation under negative income shock: A natural experiment**. World Development, v. 66, p. 557–571, 2015.

ONU - Organização das Nações Unidas. **Desenvolvimento Mundial Sustentável**. 2018. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca-os-novos-17-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: 20 set. 2018.

QUISUMBING, A. R.; HADDAD, L.; PEÑA, C. **Are Women Overrepresented among the Poor? An Analysis of Poverty in 10 Developing Countries**. Journal of Development Economics 66 (1): 225–69. 2001.

SABÓIA, A. L.; SOARES, C. **O conceito de chefia nas pesquisas domiciliares através do recorte por sexo e presença do cônjuge-uma contribuição à discussão da "feminização da pobreza"**. Revista Gênero, v. 4, n. 2, p. 53–71, 2004.

SALLES, A. **Quando as mulheres têm voz: um estudo sobre raça, gênero e cidadania**. 2010. 220 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração da renda familiar**. IPEA: Texto para Discussão nº 209. 1991.

SNYDER, A. R.; MCLAUGHLIN, D. K.; FINDEIS, J. **Household Composition and Poverty among Female-Headed Households with Children: Differences by Race and Residence**. *Rural Sociology* 71 (4): 597–624. 2006.

STADUTO, R. J. A.; NASCIMENTO, C. A.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no rural do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 72, p. 91–115, 2013.

ULYSSEA, G. **Informalidade no mercado de trabalho brasileiro: uma resenha da literatura**. IPEA: Texto para Discussão nº1070. 32p. 2005.

UN WOMEN - United Nations Women. 2019. Disponível em: < <http://www.unwomen.org/en/what-we-do>>. Acesso em: 18 jul. 2019.

VÉGH, C. A.; VULETIN, G.; RIERA-CRICHTON, D.; PUIG, J.; CAMARENA, J. A.; GALEANO, L.; MORANO, L.; VENTURI, L. **Effects of the Business Cycle on Social Indicators in Latin America and the Caribbean: When Dreams Meet Reality**. LAC Semiannual Report (April), World Bank, Washington, DC. Doi: 10.1596/978-1-4648-1413-6. 2019.

WORLD ECONOMIC FORUM. **The Global Gender Gap Report 2017**World Economic Forum, 2017. Disponível em: <http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf><http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf><<https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>>

ZHANG, S. **Wage shocks, household labor supply, and income instability**. *Journal of Population Economics*, v. 27, n. 3, p. 767–796, 2014.